

INTOLERÂNCIA  
RELIGIOSA  
DO ESTADO  
DEMOCRÁTICO  
DE DIREITO  
BRASILEIRO  
SUPOSTAMENTE  
LAICO

ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES



EDITORA  
PRISMAS

**Intolerância religiosa do estado democrático de direito brasileiro supostamente laico**  
**Antonio Baptista Gonçalves**

1ª Edição - Copyright© 2017 Editora Prismas  
Todos os Direitos Reservados.

Editor Chefe: Vanderlei Cruz  
editorchefe@editoraprismas.com  
Agente Editorial: Sueli Salles  
agenteeditorial@editoraprismas.com  
Diagramação: Katielle Paulino  
Capa e Projeto Gráfico: Conrado Dittrich

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz  
Bibliotecária CRB 9-626

G635

Gonçalves, Antonio Baptista  
Intolerância religiosa do estado democrático de direito brasileiro supostamente laico /  
Antonio Baptista Gonçalves - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2016.  
438p.; 23cm  
ISBN: 978-85-5507-501-8  
1. Intolerância religiosa. 2. Direitos humanos. 3. Estado democrático de direito. I. Título.  
CDD 342 (22.ed)  
CDU 342.731

**Coleção Religiões e Religiosidades**

**Diretora Científica:**

Karina Kosicki Bellotti (UFPR)

**Consultores editoriais:**

Artur Cesar Isaia (UFSC)  
Clélia Peretti (PUCPR)  
Edin Sued Abumanssur (PUCSP)  
Lauri Wirth (UMESP)  
Lyndon de Araújo Santos (UFMA)  
Marcos Silveira (UFPR)  
Nadia Guariza (UNICENTRO)  
Paulo Barreira (UMESP)  
Rodrigo Coppe Caldeira (PUCMinas)  
Rosângela Wosiack Zulian (UEPG)  
Sandra Duarte (UMESP)  
Sylvio Gil (UFPR)

---

Editora Prismas Ltda.  
Fone: (41) 3030-1962  
Rua Morretes, 500  
80610-150 - Curitiba, PR  
www.editoraprismas.com.br



EDITORIA  
PRISMAS

109x761

# Sumário

## I

<b>Estado democrático de direito brasileiro</b>	21
1.1 Introdução	23
1.2 Conceito de Estado	24
1.3 O Estado de Direito	31
1.4 As revoluções, o iluminismo o liberalismo e o Estado	37
1.5 A fortificação do papel do Estado x a contenção das mazelas ocasionadas pelo excesso de poder	46
1.6 A Organização das Nações Unidas e a busca pela tolerância e a assunção das liberdades	48
1.7 A Organização das Nações Unidas e a questão da soberania dos Estados	51
1.7.1 Conceito de Soberania	53
1.7.2 A globalização e o questionamento acerca da soberania	58
1.8 A neutralidade dos Estados x soberania externa e interna	61
1.9 O Estado Democrático de Direito Brasileiro	64
1.10 Estado Laico	76
1.11 Conclusão parcial	88

## II

<b>Estado brasileiro presumidamente laico!?</b>	91
2.1 Introdução	93
2.2 A relação do Estado e da Igreja no Brasil	94
2.3 O Estado Laico brasileiro	100
2.4 A influência da religião e o trato da liberdade religiosa na Constituição brasileira	107
2.4.1 A Constituição de 1824	107
2.4.2 A Constituição de 1891	111
2.4.3 A Constituição de 1934	115
2.4.4 A Constituição de 1937	117
2.4.5 A Constituição de 1946	121

2.4.6 A Constituição de 1967.....	124
2.5 As Constituições e a herança histórica da religião do povo brasileiro .....	127
2.6 Estado Brasileiro Democrático de Direito .....	130
2.7 Conclusão parcial .....	133

### III

<b>Liberdade religiosa e o estado laico brasileiro .....</b>	<b>137</b>
3.1 Introdução.....	139
3.2 Os Direitos Humanos e a proteção às liberdades.....	141
3.3 Religião e liberdade religiosa no Sistema Internacional de Direitos Humanos .....	142
3.4 Os Estados e a liberdade religiosa .....	149
3.4.1 A liberdade e a religião .....	151
3.4.2 A Liberdade e o Estado Democrático de Direito .....	154
3.4.3 A igualdade e a Religião.....	155
3.4.4 O princípio da igualdade e a relação jurídica com o Estado .....	160
3.5 O Estado Laico brasileiro .....	162
3.6 Liberdade religiosa no Estado Laico brasileiro .....	166
3.6.1 A Constituição brasileira e a defesa do direito de crença e da liberdade religiosa.....	167
3.7 Consequências da liberdade religiosa no Estado Democrático de Direito .....	172
3.8 O papel do Estado laico nas questões religiosas .....	174
3.9 Conclusão parcial .....	181

### IV

<b>Religião e neutralidade do estado brasileiro pretensamente laico ...</b>	<b>185</b>
4.1 Introdução.....	187
4.2 A neutralidade do Estado laico no cenário internacional e interno .....	188
4.3 A intolerância religiosa dos países laicos .....	192
4.4 A missão do Estado laico: A defesa das liberdades .....	194

4.5 A posição de neutralidade para a defesa do humano.....	195
4.6 A política do Estado brasileiro laico e a (in) tolerância.....	197
4.7 Conclusão parcial .....	199

## V

<b>O estado brasileiro supostamente laico .....</b>	<b>203</b>
5.1 Introdução.....	205
5.2 Ensino religioso e o Estado.....	207
5.2.1 A educação e o ensino religioso na rede pública.....	207
5.2.2 A educação e o Estado Democrático de Direito brasileiro .....	209
5.2.3 O ensino religioso no Brasil – o respeito à tolerância e à diversidade .....	215
5.2.4 O contraponto entre a previsão teórica e a aplicação prática.....	219
5.2.5 A dissonância acerca do envolvimento do Estado no ensino religioso .....	221
5.2.6 O ensino no Estado Democrático de Direito em colégios com religião definida .....	225
5.6 O plano prático do ensino religioso laico e seus problemas .	226
5.7 Conclusão parcial .....	238

## VI

<b>O direito de guarda religiosa e o Estado .....</b>	<b>241</b>
6.1 Dias de guarda religiosa .....	243
6.2 O dia de guarda e a defesa da liberdade religiosa .....	247
6.3 O direito de guarda religiosa e o Estado: Dissociação do plano teórico em relação ao plano prático .....	252
6.4 Os cursos noturnos, as carreiras públicas, o direito de guarda e o Estado.....	254
6.5 Conclusão parcial .....	257

## VII

<b>O uso de símbolos religiosos em locais públicos .....</b>	<b>259</b>
7.1 O uso de símbolos em entidades do Estado .....	261

7.2 O uso de símbolos em determinados espaços da entidade pública.....	262
7.2.1 A Religião e o ambiente de trabalho .....	264
7.3 O uso de símbolos religiosos em entidades públicas .....	270
7.3.1. A dissonância acerca do uso de símbolos religiosos em espaço público.....	277
7.3.2 A intolerância do Estado laico brasileiro no tocante ao uso de símbolos religiosos em espaços públicos.....	278
7.4 Conclusão parcial .....	280

## VIII

<b>O estatuto do nascituro, o aborto de anencéfalo e o estado .....</b>	<b>283</b>
8.1 O estatuto do nascituro .....	285
8.2 O estatuto do nascituro e o direito à vida.....	286
8.3 A diferença terminológica do estatuto do nascituro.....	288
8.3.1 Conceito de nascituro.....	288
8.3.2 Pré-embrião.....	289
8.3.2 Embrião .....	290
8.3.3 Feto .....	292
8.4 O estatuto do nascituro e o Estado laico brasileiro.....	293
8.5 O direito de nascer x colisão de direitos fundamentais: A interrupção da gravidez .....	297
8.5.1 Modalidades de aborto .....	303
8.5.2 As exceções autorizadas em lei para o aborto.....	307
8.5.3 O estatuto do nascituro e o aborto .....	309
8.5.4 O bolsa estupro .....	310
8.6 O direito de nascer x aborto de anencéfalo .....	313
8.6.1 Conceito de anencéfalo .....	315
8.7 O Estado laico e o aborto de anencéfalo.....	320
8.8 O estatuto, o aborto de anencéfalo e a defesa da dignidade da pessoa humana .....	323
8.9 Conclusão parcial .....	327

## IX

<b>As minorias religiosas o Judiciário e o Estado.....</b>	<b>333</b>
--	------------

9.1 A poluição sonora e o Estado laico.....	335
9.2 Conceito de direitos fundamentais .....	338
9.2.1 Universalidade dos direitos fundamentais .....	342
9.2.2 Relativização dos direitos fundamentais .....	344
9.2.3 Não possibilidade de renúncia .....	345
9.3 A relação dos direitos fundamentais com a dignidade da pessoa humana.....	348
9.4 O sopesamento da liberdade religiosa dos particulares com os demais direitos fundamentais da sociedade .....	350
9.5 A transfusão de sangue, os Testemunhas de Jeová e o Estado .....	358
9.5.1 Os praticantes da religião Testemunhas de Jeová e a liberdade religiosa.....	360
9.6 Dignidade da pessoa humana .....	363
9.7 A dignidade da pessoa humana e a proteção constitucional ..	366
9.8 O Juiz como garantidor dos direitos fundamentais.....	369
9.9 O conflito de princípios fundamentais: a necessidade do sopesamento .....	370
9.9.1 O peso diferenciado do princípio da dignidade da pessoa humana .....	372
9.9.2 A necessidade de um sopesamento baseado na dignidade da pessoa humana a fim de dirimir o conflito entre princípios equivalentes .....	376
9.9.3 Defesa da dignidade da pessoa humana ante a proporcionalidade .....	379
9.10 A intolerância do Estado Democrático de Direito laico e o caso de transfusão de sangue dos adeptos da religião Testemunhas de Jeová.....	383
9.11 Conclusão parcial .....	394
<b>Conclusão.....</b>	<b>399</b>
<b>Referencias Bibliograficas.....</b>	<b>409</b>